

# MONITOR FISCAL



Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – SF  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CD

Janeiro  
2016



**União acumula até novembro déficit primário de R\$ 56,6 bilhões em 2015. A meta da LDO, após alteração promovida pela Lei nº 13.199/2015, foi definida como déficit de R\$ 51,8 bilhões, podendo ser ampliado para R\$ 119,9 bilhões.**

## A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2015

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO ATÉ NOVEMBRO	LDO (REDAÇÃO ORIGINAL)		LDO (REDAÇÃO ALTERADA PELA LEI Nº 13.199/2015)	
		META DO ANO	A REALIZAR	META DO ANO	A REALIZAR
Setor Público Consolidado	-39,5	66,3	105,8	-48,9	-9,4
União	-56,6	55,3	111,9	-51,8	4,8
Gov. Central	-55,7	55,3	111,0	-51,8	3,9
Estatais	-0,9	0,0	0,9	0,0	0,9
Estados e Municípios	17,1	11,0	-6,1	2,9	-14,2

Fonte: Banco Central

• O resultado primário da União até novembro foi deficitário em R\$ 56,6 bilhões. Trata-se do menor valor para o período desde 2002, início da série histórica do Banco Central com a metodologia atual. Caso a meta do ano inicialmente fixada na LDO não tivesse sido alterada, seria necessária uma economia de R\$ 111,9 bilhões apenas no último mês do exercício, o que, na prática, inviabilizaria seu cumprimento. Quanto aos demais entes, o superávit acumulado no período seria suficiente para o alcance da meta, mesmo sem a alteração.

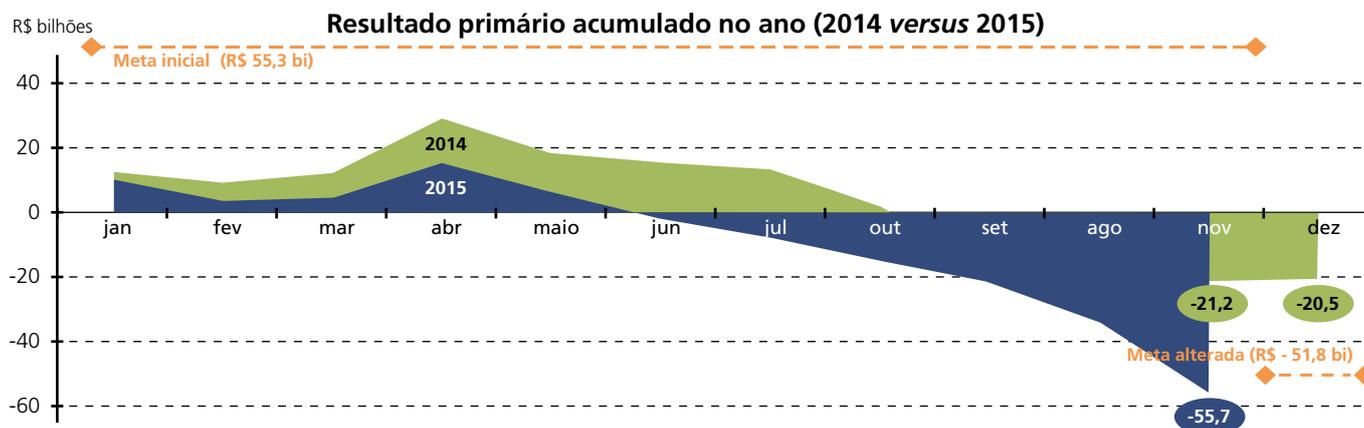
• Com a aprovação da Lei nº 13.199, de 3 de dezembro de 2015, a meta a União para o exercício, inicialmente fixada como superávit de R\$ 55,3 bilhões, passou a corresponder a déficit primário de R\$ 51,8 bilhões, podendo chegar a R\$ 119,9 bilhões, na hipótese de frustração da receita de concessões e permissões relativas aos leilões das Usinas Hi-

droelétricas (R\$ 11,1 bilhões), e de pagamento de passivos e valores devidos: ao FGTS (R\$ 20,7 bilhões); ao BNDES (R\$ 22,4 bilhões); ao Banco do Brasil (R\$ 12,3 bilhões); e à Caixa Econômica Federal (R\$ 1,5 bilhão).

• Vale registrar que, em dezembro, foram editadas duas Medidas Provisórias relacionadas aos passivos da União junto ao FGTS e instituições financeiras. A primeira, MP 702/2015, abriu crédito extraordinário para pagamento de R\$ 35 bilhões dos referidos passivos, enquanto a segunda, MP 704/2015, permitiu a utilização de saldos de recursos vinculados apurados em 2014 para quitação desses passivos.

• O reflexo desses pagamentos na apuração do resultado primário, bem como na ampliação da meta da LDO, será evidenciado nos demonstrativos fiscais de dezembro e abordado na próxima edição do Monitor Fiscal.

## B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2014-2015)

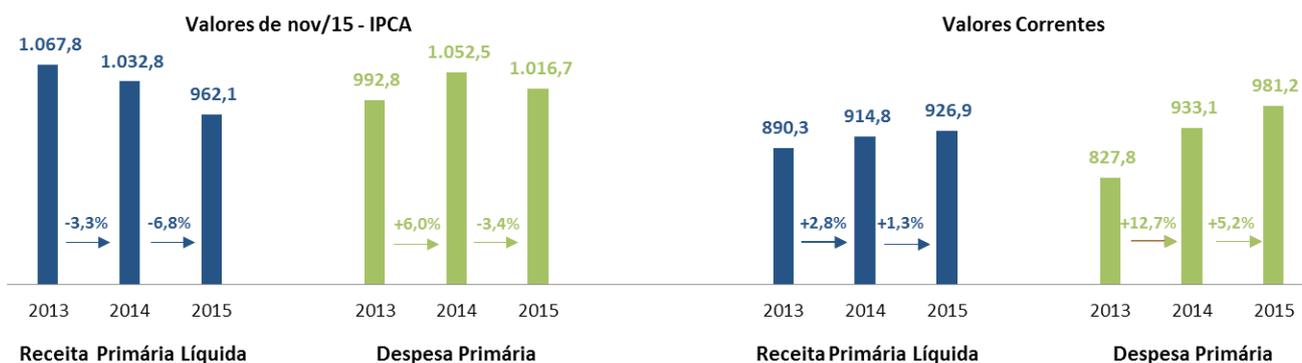


• Até novembro, o déficit primário acumulado em 2015 pelo governo central alcançou R\$ 55,7 bilhões (1,03% do PIB), contra déficit de R\$ 20,5 bilhões (0,36% do PIB) verificado em igual período de 2014. Apenas em novembro, o déficit foi de R\$ 21,7 bilhões, menor valor registrado para um único

mês em toda a série histórica do Banco Central. O resultado de novembro foi afetado, principalmente, pela queda da receita tributária, R\$ 20,9 bilhões inferior à verificada em novembro de 2014, já considerada a inflação.

## C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e Despesas Primárias - acumulado janeiro-novembro (R\$ bilhões)



• De 2014 para 2015, a receita primária líquida de transferências, em termos reais, apresentou queda de 6,8% considerando-se os valores acumulados de janeiro a novembro. As despesas primárias, por seu turno, apresentaram redução real de 3,4% no mesmo período.

• A queda da receita reflete a redução na atividade econômica, que impacta diretamente a arrecadação tributária, inclusive a parcela vinculada à seguridade social. Pelo lado da despesa, a redução observada no ano decorre, em grande

medida, da contenção dos investimentos, em especial o PAC, cujo dispêndio em 2015 apresentou redução de 40,4% (R\$ 24,6 bilhões) em relação a 2014, e dos gastos com abono e seguro desemprego, com uma queda de 20% (R\$ 11,3 bilhões).

• Em valores correntes, não atualizados pela inflação, a receita primária líquida apresenta aumento de 1,3% no mesmo período, ao passo que o crescimento da despesa primária foi de 5,2%.

## D. RESUMO DO CONTINGENCIAMENTO DA UNIÃO

• O Poder Executivo prevê, para todo o exercício, queda de receitas primárias líquidas no valor total de R\$ 166,7 bilhões aumento de R\$ 19,9 bilhões em despesas primárias obrigatórias. A soma desses dois efeitos, R\$ 186,6 bilhões, será compensada pelo contingenciamento de R\$ 79,5 bilhões nas despesas discricionárias e pela redução de R\$ 107,1 bilhões na meta de resultado primário (meta inicial de superávit de R\$ 55,3 bilhões, posteriormente alterada para déficit de R\$ 51,8 bilhões).

• A alteração da meta também permitiu que fossem descontingenciados R\$ 11,1 bilhões em dezembro, por meio do Decreto nº 8.581/2015. No ano, o volume de despesas contingenciadas equivale a 24% do total de despesas discricionárias da União (R\$ 326,4 bilhões).

R\$ bilhões

ITEM	2014	2015*			DIFERENÇA (C-A)
	EXECUTADO	LOA (A)	REESTIMADO 5º BIM.(B)	REESTIMADO DEZEMBRO (C)	
I. Receita Primária Total	1.221,4	1.447,8	1.260,3	1.260,3	(187,5)
II. Transferências aos Entes Subnacionais	202,5	224,4	203,6	203,6	(20,8)
III. Receita Primária Líquida (I - II)	1.018,9	1.223,4	1.056,7	1.056,7	(166,7)
IV. Despesa Primária	1.051,6	1.168,1	1.108,5	1.108,5	(59,6)
Desp. Obrigatórias	781,5	841,7	861,6	861,6	19,9
Benefícios da Previdência	402,1	436,3	436,8	436,8	0,5
Pessoal e Encargos Sociais	223,0	235,8	237,2	237,2	1,4
Abono e Seguro Desemprego	51,8	47,0	49,2	49,2	2,2
BPC / RMV <sup>2</sup>	38,4	42,2	42,7	42,7	0,5
Demais	66,2	80,4	95,7	95,7	15,3
Desp. Discricionárias	270,1	326,4	246,9	246,9	(79,5)
Emendas Individuais	6,1	9,6	4,1	4,6	(5,0)
Demais Discricionárias	264,0	316,7	242,8	242,3	(74,5)
V. Ajustes <sup>1</sup>	15,5	-	-	-	-
VI. Resultado Primário (III - IV + V)	-17,2	55,3	-51,8	-51,8	(107,1)

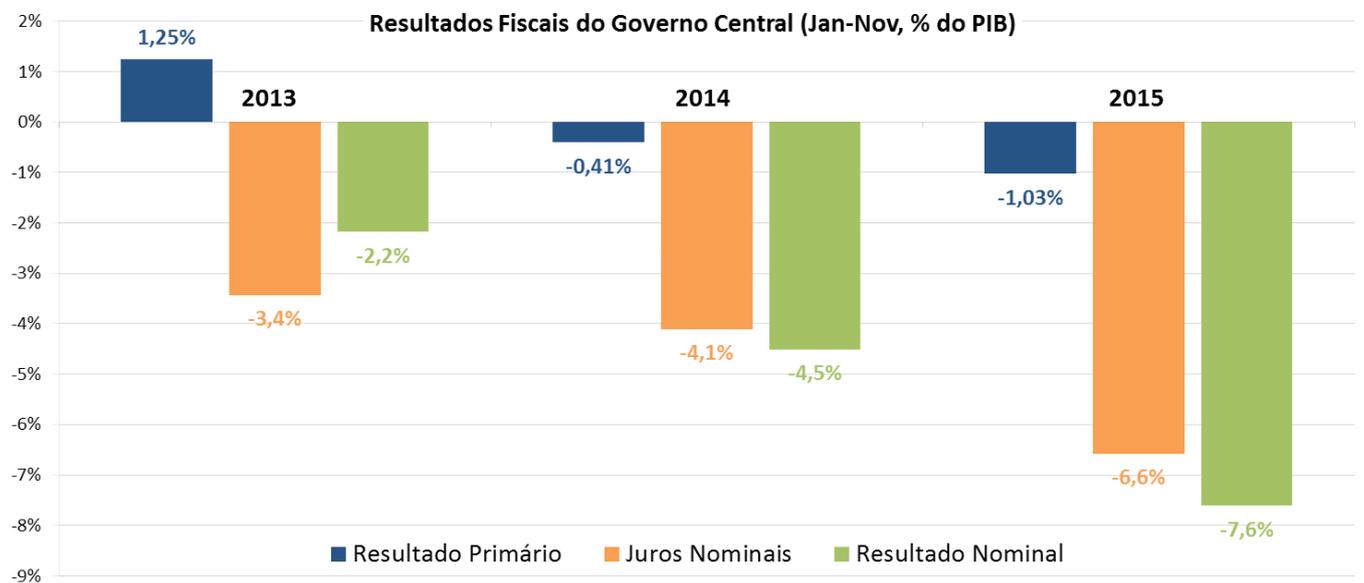
Fonte: Estatísticas Fiscais/SOF, Relatório SOF/STN de Avaliação do 5º bimestre e de dezembro.

\* Valores acumulados de janeiro a dezembro.

<sup>1</sup>Diferença regimes caixa/competência, despesas extra-orçamentárias e empréstimos líquidos.

<sup>2</sup>BPC – Benefício de Prestação Continuada, RMV – Renda Mensal Vitalícia.

## E. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (2013-2015)



Fonte: Banco Central

- O resultado nominal do governo central, acumulado até novembro de 2015, é deficitário em R\$ 411,8 bilhões (7,6% do PIB). Em 2014, o déficit acumulado no mesmo período foi de R\$ 234,6 bilhões (4,5% do PIB).
- Essa deterioração do resultado nominal é explicada, principalmente, pela expressiva elevação dos juros nominais líquidos apropriados no ano, que já somam R\$ 356,1 bilhões (6,6% do PIB), contra R\$ 213,4 bilhões (4,1% do PIB) acumulados em igual período de 2014.

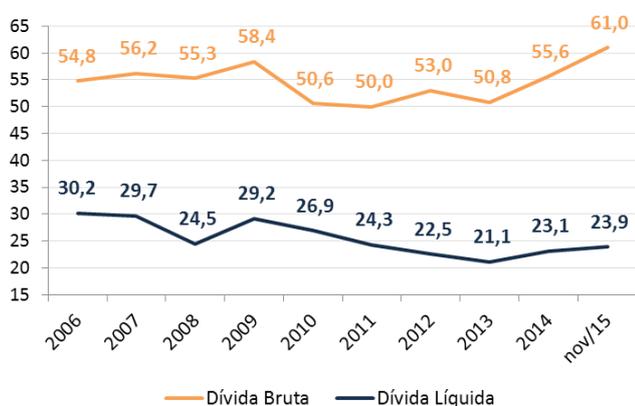
## F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

- A dívida bruta do governo geral acumula crescimento de 6,2 p.p. em 2015 e atingiu 65,1% do PIB (R\$ 3,84 trilhões), maior nível desde 2006. O aumento do endividamento é resultado não apenas da redução do resultado primário, mas também do impacto do aumento dos juros no resultado nominal (vide item E).
- A dívida líquida do setor público, por sua vez, voltou a crescer e se aproximou do patamar de 2011, representando em novembro 34,3% do PIB. A relativa estabilidade da dívida líquida, frente ao crescimento da dívida bruta, é explicada,

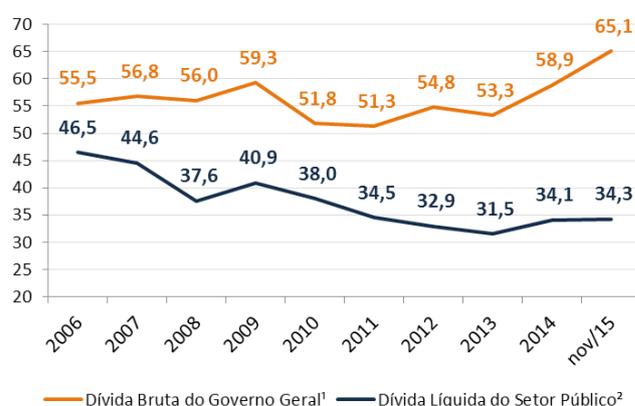
em parte, pelo aumento no valor das reservas internacionais provocado pela desvalorização do real e que impacta positivamente o valor dos ativos do Banco Central.

- Especificamente quanto ao governo federal (excluindo Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 5,4 p.p. em 2015 e alcançou 61,0% do PIB, também no maior nível desde 2006. Já a dívida líquida federal alcançou 23,9% do PIB (R\$ 1.411,3 bilhões), acima do valor esperado para o final do exercício, conforme Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015, de 21,17% do PIB (R\$ 1.222,1 bilhões).

**Governo Federal - 2006 a nov/2015**



**Setor Público Consolidado - 2006 a nov/2015**



Fonte: Banco Central

¹ O Governo Geral abrange governo federal, governos estaduais e governos municipais. Exclui Banco Central e empresas estatais.

² A dívida líquida do setor público abrange o governo geral, o Banco Central e as empresas estatais.

### ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (CD)  
Diretor: Ricardo Alberto Volpe  
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>  
Tel: (61) 3216-5100 | [conof@camara.gov.br](mailto:conof@camara.gov.br)

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF (SF)  
Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino  
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>  
Tel: (61) 3303-3318 | [monitor.fiscal@senado.leg.br](mailto:monitor.fiscal@senado.leg.br)

### COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aritan Borges Maia  
Arthur Falcão Freire Kronenberger  
Daniel Veloso Couri  
Ingo Antonio Luger  
Maria Liz de Medeiros Roarelli  
Paulo Roberto Simão Bijos  
Túlio Cambraia

### FORMATAÇÃO E IMPRESSÃO

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAFI | Senado Federal